

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bahema S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, elaboradas em conformidade com a legislação societária, juntamente com o relatório de nossos auditores independentes.

Ambiente macroeconômico

Em 2016 a economia mundial registrou a continuidade da recuperação observada nos anos anteriores. O nível de atividade cresceu de forma contínua nos Estados Unidos, China e na União Europeia, com altas no PIB de 1,6%, 6,7% e 1,9% respectivamente. O mercado de trabalho dos EUA criou 2,2 milhões de postos de trabalho e a taxa de desemprego recuou para 4,7% ao final de 2016. Tais indicadores geraram um ambiente de confiança e levaram a expressiva alta nos preços das principais *commodities*. A volatilidade observada se deveu a dois surpreendentes eventos políticos - a saída do Reino Unido da Comunidade Europeia (Brexit) e a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA - mas em ambos os casos o nervosismo dos mercados foi temporário, e seu efeito na economia real até então limitado.

No ambiente interno, o ano foi marcado pelo *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e posse do vice-presidente Michel Temer, e posterior adoção de uma agenda de reformas estruturais, visando a redução do déficit fiscal. Tais eventos melhoraram a percepção dos agentes econômicos em relação ao Brasil, mas não foram suficientes para reverter a pior recessão da história desse país, que agravada pela instabilidade política advinda da Operação Lava Jato e pelo índice de desemprego de 12%, viu sua economia encolher 3,6% em 2016, frente à queda de 3,8% no ano anterior. No mesmo período, o déficit fiscal alcançou o valor mais alto da história, R\$156 bilhões, equivalentes a 2,48% do PIB. Até aqui, o avanço mais concreto em nossa economia se deu no âmbito da inflação, que caiu para 6,3% em 2016, em parte pelo firme combate da política monetária do novo governo, mas também pelo efeito perverso da redução simultânea do consumo, investimento e gasto governamental. Essa vitória parcial permitiu a redução da taxa SELIC em 50 pontos-base, para 13,75% a.a., ao final do ano.

A despeito da expressiva deterioração dos indicadores econômicos nacionais em 2016, a percepção de que o pior momento foi definitivamente superado levou o Ibovespa a encerrar o ano aos 60.227 pontos, com valorização nominal de 38,9%. Considerando que no mesmo período o dólar passou de R\$3,90 para R\$3,25, a valorização do Ibovespa precificada na moeda americana foi de 66,5%, ante uma alta de 9,5% do S&P500, principal índice da bolsa de Nova York.

Desempenho da Bahema

A Bahema S.A. registrou em 2016 um lucro líquido de R\$1.631 mil, ante prejuízo de R\$675 mil reportado no ano anterior, valor este que foi ajustado nos termos da Nota Explicativa 3j para lucro de R\$792 mil. O resultado da companhia foi grandemente afetado por receitas e despesas não recorrentes, como detalhado adiante.

Para melhor compreensão do efeito dos eventos não recorrentes, para fins desta análise do desempenho da Bahema, classificaremos as receitas e despesas em três grupos: 1. Despesas Administrativas Ordinárias, 2. Receitas e Despesas Financeiras e 3. Receitas e Despesas Extraordinárias.

As Despesas Administrativas Ordinárias englobam a Remuneração da Administração, Despesas com Pessoal e as Despesas Gerais Administrativas, excluídas certas provisões, tratadas como extraordinárias para o fim deste relatório. Tais despesas totalizaram R\$3.531 mil em 2016 e R\$2.651 mil em 2015, portanto um aumento de R\$880 mil ou 33% na comparação anual. O item de maior peso nesse grupo foi Impostos e Taxas, em especial PIS e Cofins, que aumentaram R\$423 mil, totalizando R\$565 mil em 2016. As despesas jurídico-societárias, entre as quais se incluem honorários advocatícios, contábeis e de auditoria independente, também foram substancialmente maiores que em 2015, principalmente devido ao novo programa de investimentos da empresa adiante detalhado, totalizando R\$877 mil. Os gastos com Salários, Benefícios e Encargos Sociais aumentaram 20% para R\$1.039 mil, sobretudo em decorrência de verbas rescisórias geradas pela redução do quadro de empregados, sendo que o reajuste salarial anual foi de 8,56%, percentual mínimo determinado pela convenção coletiva. As despesas diversas diminuíram 22% para R\$351 mil.

As Receitas e Despesas Financeiras registraram ganho líquido de R\$4.840 mil, ante R\$2.678 mil em 2015, portanto um aumento de R\$2.162 mil ou 81% na comparação anual. A mudança mais expressiva se deu no Ganho na Alienação de Investimentos, que cresceu para R\$4.632 mil em 2016, ante R\$2.382 mil no ano anterior. Esse ganho foi o resultado líquido no resgate total dos fundos Teorema, já considerada a eliminação dos Ajustes de Avaliação Patrimonial decorrentes da marcação a mercado. As Receitas Financeiras decorrentes da correção de créditos fiscais se reduziram para R\$352 mil em 2016, enquanto registrara R\$595 mil no ano anterior. As Despesas Financeiras caíram para R\$154 mil em 2016, versus R\$299 mil em 2015, devido à amortização do saldo de Refis no exercício.

No grupo das Receitas e Despesas Extraordinárias incluem-se para fins deste relatório a constituição de provisões de diversas naturezas e as reversões de provisões dos exercícios anteriores. Nesse grupo registrou-se em 2016 um ganho líquido de R\$323 mil, enquanto no ano anterior foi reportada uma despesa líquida de R\$702 mil. Dentro desse grupo foi considerado o ajuste do resultado de 2015 acima mencionado, alterado para lucro de R\$792 mil, portanto um crédito de R\$1.467 mil, em decorrência da retificação da provisão para equacionamento do déficit atuarial do fundo de pensão, detalhado na Nota Explicativa 3j. Além desse ajuste, o déficit atuarial sofreu nova redução em 2016, de R\$443 mil, tanto em razão da valorização da carteira de ativos do plano de pensão quanto pela redução do valor presente das obrigações, conforme detalhado na Nota Explicativa 10. Adicionalmente, em 2016 foi estornada provisão de Contribuição Social no valor de R\$608 mil. Do lado das despesas, foi constituída provisão para honorários advocatícios relativos à ação movida por Unique Foods, conforme Nota Explicativa 11. Em 2016 a Bahema comunicou a seus acionistas e o mercado em geral uma importante decisão estratégica: realizar investimentos no setor de educação por meio da aquisição de escolas de ensino básico. Durante o 2º semestre do exercício foram realizados diversos estudos nesse sentido, que finalmente se materializaram no início de 2017, através da aquisição de participações societárias em duas escolas. Conforme detalhado nos Fatos Relevantes de 14/02 e 02/03/17, a Companhia investirá um total de R\$42.234 mil, sendo R\$34.484 mil na aquisição de 80% do capital social das sociedades mantenedoras da Escola da Vila, localizada em São Paulo, e R\$7.750 mil na compra de 5% do capital social da Escola Parque, do Rio de Janeiro, valores que serão pagos de modo parcelado ao longo dos próximos 2 anos e sujeitos a certas condições. Adicionalmente, a Companhia anunciou a intenção de aquisição de participação societária na Escola Balão Vermelho, em Belo Horizonte. Nos 3 casos, há a opção de compra da totalidade do capital social. Para cumprir o plano de investimentos, fortalecer a estrutura de capital e possibilitar a continuidade da prospecção de novas oportunidades, a Companhia estuda um aumento do capital social em até R\$35 milhões, por meio de emissão de novas ações ou outros valores mobiliários. Tanto o plano de investimentos, que contempla as aquisições mencionadas, quanto o eventual aumento de capital, serão submetidos à ratificação e aprovação dos acionistas, em assembleias gerais extraordinárias a serem convocadas.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Bahema S.A. tem como política não contratar seus auditores independentes para a prestação de outros serviços que possam gerar conflito de interesse. No exercício de 2016, nossos auditores independentes - Grant Thornton Auditores Independentes - não prestaram à Bahema S.A. quaisquer serviços de consultoria.

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Contábeis e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente às mesmas.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, aos gestores das empresas investidas, às nossas instituições financeiras parceiras e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação e apoio aos nossos projetos, que constituem fator decisivo para o sucesso da Bahema S.A.

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)			
Ativo	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.685	32.557
Tributos a recuperar	5	4.098	4.325
Outras contas a receber		6	5
Despesas a apropriar		1	2
Total do ativo circulante		33.790	36.889
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	5	1.142	–
Créditos fiscais - IRPJ/CSLL diferidos		–	–
Depósitos judiciais		441	487
Investimentos	6	670	8
Imobilizado	7	199	24
Intangível		1	1
Total do ativo não circulante		2.453	520
Total do ativo		36.243	37.409

Passivo e Patrimônio Líquido			
Notas	31/12/2016	31/12/2015	(reapresentado)
Passivo circulante			
Fornecedores		35	24
Obrigações trabalhistas		14	86
Obrigações tributárias	8	677	1.458
Dividendos a pagar		430	51
Provisão para contingências		–	180
Deficit atuarial a pagar	10	463	375
Outras contas a pagar	11	371	49
Total do passivo circulante		1.990	2.223
Passivo não circulante			
Obrigações tributárias	8	188	1.395
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	435
Deficit atuarial a pagar	10	–	530
Provisão para contingências	9	180	–
Outras obrigações	6	661	–
Total do passivo não circulante		1.029	2.360
Patrimônio líquido			
Capital social realizado		26.395	26.395
Reservas de capital		33	33
Reservas de lucros		6.796	4.761
Ajustes de avaliação patrimonial		–	845
Lucros (prejuízos) acumulados		–	792
Total do patrimônio líquido		33.224	32.826
Total do passivo e patrimônio líquido		36.243	37.409

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária para investimentos	Reserva para lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2014 (reapresentado)	26.395	33	3.314	3.358	392	–	33.492	
Ajustes de instrumentos financeiros	–	–	–	–	685	–	685	
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros	–	–	–	–	(232)	–	(232)	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	792	792	
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados	–	–	–	21	–	–	21	
Dividendos	–	–	–	(1.933)	–	–	(1.933)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	26.395	33	3.314	1.446	845	792	32.825	
Ajustes de instrumentos financeiros reclassificados para o resultado	–	–	–	–	(1.280)	–	(1.280)	
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros reclassificados para o resultado	–	–	–	–	435	–	435	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	1.631	1.631	
Dividendos	–	–	–	–	–	(387)	(387)	
Transferência de lucros acumulados do exercício anterior	–	–	–	792	–	(792)	–	
Constituição de reserva legal	–	–	82	–	–	(82)	–	
Constituição de reserva estatutária	–	–	–	1.162	–	(1.162)	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	26.395	33	3.396	3.400	–	–	33.224	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.820	1.400	–
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais			
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.280)	685	–
Depreciações e amortizações	7	27	8
Reversão de provisão de déficit atuarial	(443)	(1.602)	–
Provisão para contingências	–	(133)	–
Provisão para honorários advocatícios	330	–	–
Perda na alienação de investimento	–	300	–
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais			
Tributos a recuperar	(915)	(435)	–
Outras contas a receber	(1)	(4)	–
Despesas a apropriar	1	(2)	–
Depósitos judiciais	46	856	–
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais			
Fornecedores	11	3	–
Obrigações trabalhistas	(72)	30	–
Obrigações tributárias	(2.177)	(1.706)	–

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)			
	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	13	(1.485)	(1.339)
Remuneração dos administradores	19	(454)	(452)
Remuneração do pessoal	14	(624)	(524)
Benefícios do pessoal		(90)	(48)
INSS		(251)	(264)
FGTS		(263)	(85)
Depreciação e amortização		(27)	(8)
Pensionistas		(129)	(118)
Outras receitas (despesas) operacionais	15	303	1.560
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(3.020)	(1.278)
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		9.990	2.977
Despesas financeiras		(5.150)	(299)
		4.840	2.678
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		1.820	1.400
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	17	(189)	–
Diferidos		–	(608)
		(189)	(608)
Lucro líquido do exercício		1.631	792
Lucro básico por ação - ordinária - R\$		2,70	0,13

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	1.631	792
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício		
Ajustes de instrumentos financeiros	–	685
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros	–	(232)
Ajustes de instrumentos financeiros reclassificados para o resultado	(1.280)	–
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros reclassificados para o resultado	435	–
Outros resultados abrangentes	(845)	453
Resultado abrangente do exercício	786	1.245

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros	(428)	(327)
Outros	(1.018)	(941)
Valor adicionado bruto	(1.446)	(1.268)
Depreciação e amortização	(27)	(8)
Perdas de capital	–	(2.358)
Baixa de provisão valor não recuperável (impairment)	–	2.058
Reversão de provisão	443	1.989
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(1.030)	413
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	9.990	2.977
Valor adicionado total a distribuir	8.960	3.390
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	1.078	983
Benefícios	470	450
FGTS	263	85
	1.811	1.518
Tributos		
Federais	189	608
	189	608
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	154	299
Aluguéis	179	173
Outras	4.996	–
	5.329	472
Remuneração do capital próprio		
Dividendos	387	–
Lucros retidos	1.244	792
	1.631	792
	8.960	3.390

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Bahema S.A. ("Companhia") é uma holding, de capital aberto e controle privado nacional, com sede na cidade de São Paulo, SP. A Companhia desenvolve as seguintes atividades: a) participação em outras sociedades como acionista ou quotista; b) realização de pesquisas e elaboração de estudos e projetos de investimentos, bem como a prestação de serviços e assessoria empresarial; c) administração de bens móveis e imóveis, próprios ou de terceiros, que independem de autorização governamental; d) desenvolver atividades ligadas à fabricação e à comercialização de máquinas, equipamentos, peças ou afins; e) importação e exportação de bens e serviços. A Companhia não possui sociedades controladas. A Companhia não comercializa produtos ou serviços. Seu resultado compõe-se exclusivamente de: a) dividendos e juros sobre capital próprio das companhias nas quais possui investimentos; b) receitas financeiras de aplicações financeiras; e c) ganho na alienação de investimentos. **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. **2.2. Aprovação das demonstrações contábeis:** A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada em 15 de março de 2017. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As informações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As principais estimativas e julgamentos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Provisão para contingências. • Deficit atuarial a pagar. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras em cota de fundos de investimentos com prazos para resgate de até 60 dias. **b) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, reconhecidos na rubrica "Despesas administrativas e gerais". **Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa. Eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **c) Redução ao valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **d) Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **e) Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(ii) Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. **(iii) Plano de benefício definido:** A obrigação líquida da Companhia para o plano de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. Os acordos contratuais firmados entre o plano de benefício definido e a Companhia estão registrados no passivo circulante e não circulante na rubrica deficit atuarial a pagar. Qualquer alteração do referido acordo é ajustada contra o resultado do período em que ocorreu a alteração do acordo. **f) Investimentos:** Os investimentos em empresas nas quais a Companhia não possui influência significativa, são registrados pelo custo deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas no encerramento do exercício. **g) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais (quando aplicável) incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **h) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem

pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. **i) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **j) Reclassificações e retificação de erros de exercícios anteriores:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia identificou que a provisão para o deficit atuarial a pagar foi erroneamente registrada nas suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Consequentemente, a receita de reversão da provisão do deficit atuarial a pagar foi apresentada a menor e os passivos relacionados foram apresentados a maior em 31 de dezembro de 2015. Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes no exercício anterior afetado. Adicionalmente a Companhia efetuou algumas reclassificações em sua demonstração dos fluxos de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 com o objetivo de melhorar a apresentação desse demonstrativo. Consequentemente, os valores comparativos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram reclassificados e estão sendo reapresentados com o objetivo de manter a comparabilidade entre os exercícios. A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

	31/12/2015		31/12/2015	
	(Anterior)	Ajustes	(Reapresentado)	
Total de ativos	37.409	-	37.409	
Total do passivo circulante	2.223	-	2.223	
Deficit atuarial a pagar - não circulante	1.998	(1.467)	531	
Outros - não circulante	1.830	-	1.830	
Total de passivos	6.051	(1.467)	4.584	
Lucros (prejuízos) acumulados	(675)	1.467	792	
Outros	32.033	-	31.033	
Total do patrimônio líquido	31.358	1.467	32.825	
(ii) Demonstração do resultado:	31/12/2015			
	(Anterior)	Ajustes	(Reapresentado)	
Outras receitas (despesas) operacionais	93	1.467	1.560	
Outros	(768)	-	(768)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(675)	1.467	792	
Lucro (prejuízo) básico por ação - ordinária - R\$	(0,11)	0,24	0,13	
(iii) Demonstração dos fluxos de caixa:	31/12/2015			
	(Anterior)	Ajustes	(Reapresentado)	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(675)	2.075	1.400	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	608	(608)	-	
Ajuste de avaliação patrimonial	-	685	685	
Reversão de provisão de deficit atuarial	(2.508)	906	(1.602)	
Baixa de provisão para valor não recuperável	(2.057)	2.057	-	
Vendas de bens do ativo permanentes	(3)	3	-	

	31/12/2015		31/12/2015	
	(Anterior)	Ajustes	(Reapresentado)	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(675)	2.075	1.400	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	608	(608)	-	
Ajuste de avaliação patrimonial	-	685	685	
Reversão de provisão de deficit atuarial	(2.508)	906	(1.602)	
Baixa de provisão para valor não recuperável	(2.057)	2.057	-	
Vendas de bens do ativo permanentes	(3)	3	-	

A movimentação dos fundos de investimentos é como segue:

Descrição	31/12/2015	Aplicações	Rendimentos/ (perdas)	Resgates	IRRF	Ajustes de reclassificação	31/12/2016
Teorema FIA	12.399	-	(3.955)	(15.701)	(212)	7.469	-
Teorema Investimentos no Exterior FIA	17.268	-	6.301	(14.096)	(946)	(8.527)	-
Terra Boa FIM CP	2.134	-	232	(2.137)	(8)	(221)	-
Fundo Itaú Empreendimentos DI VIP	51	830	13	(891)	(3)	-	-
Fundo Itaú Empresa Trust DI	-	28.600	1.862	(1.584)	(236)	-	28.642v
Fundo Itaú Empresa Premium DI	-	2.834	179	(1.943)	(30)	-	1.040
	31.852	32.264	4.632	(36.352)	(1.435)	(1.280)	29.682

Em 31 de dezembro de 2016, as aplicações em cotas do fundo de investimento apresentaram remuneração média ponderada anual de 14,54% e possuem liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda	4.774	4.030
Contribuição social	466	295
	5.240	4.325
Circulante	4.098	4.325
Não circulante	1.142	-

O saldo é composto substancialmente por créditos em apurações de base negativa de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores. As compensações estão sendo realizadas gradativamente, via DCOMP, quando da apuração de base tributável.

6. INVESTIMENTOS:

	31/12/2016	31/12/2015
Vereda Educação S.A. (a)	667	-
Outros	3	8
	670	8

(a) Em 20 de dezembro de 2016 a Companhia subscreveu 4.745 ações preferenciais, no valor de R\$ 667 da empresa Vereda Educação S.A. O total de R\$ 6 foi integralizado em 06.02.2017 e o saldo remanescente no valor de R\$ 661 será integralizado em até quatro anos contados a partir de dezembro de 2016.

7. IMOBILIZADO:

Descrição	Taxas anuais de depreciação	31/12/2015	Adições	Depreciação	31/12/2016
Móveis e utensílios	10%	19	-	(5)	14
Máquinas e equipamentos	10%	4	-	(2)	2
Computadores e periféricos	20%	1	6	(2)	5
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20%	-	196	(18)	178
		24	202	(27)	199

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Parcelamento REFIS (a)	617	1.937
Outros	248	916
	865	2.853
Circulante	677	1.458
Não circulante	188	1.395

(a) A Companhia com base na Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014 efetuou o parcelamento de seus débitos tributários para pagamento em 30 meses. A manutenção das condições de pagamento e demais benefícios dos parcelamentos está condicionada ao pagamento regular de suas parcelas, o que tem ocorrido dentro dos preceitos da legislação em vigor. A movimentação do referido parcelamento para as informações contábeis é como segue:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	1.937	2.983
Atualização no exercício	149	274
Amortização no exercício	(1.469)	(1.320)
	617	1.937

9. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: A Companhia efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, tributários e trabalhistas que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. A avaliação e classificação da chance de perda entre provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como prováveis, em montantes considerados necessários para cobrir os eventuais gastos que possam advir do desfecho dos referidos processos. Conforme informações dos assessores jurídicos da Companhia, os processos judiciais movidos na condição de perda possível contra a Companhia, não provisionados, perfazem o montante de R\$ 1.133 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 614 em 31 de dezembro de 2015). **10. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA:** A Bahema S.A. é patrocinadora do MultiBRA Fundo de Pensão (atual denominação do HSCB Fundo de Pensão), plano de previdência complementar misto, regido pelos Regulamentos Complementares A e B, respectivamente nas modalidades de "benefício definido" e "contribuição definida". Desde 1997

	31/12/2015	31/12/2015	
(Anterior)	Ajustes	(Reapresentado)	
Provisão para contingências	-	(133)	(133)
Perda na alienação de investimento	-	300	300
Despesas a apropriar	-	(2)	(2)
Obrigações tributárias	(1.474)	(232)	(1.706)
Provisão para contingências	(133)	133	-
Dividendos pagos	(1.101)	1.101	-
Deficit atuarial a pagar	2.373	(2.373)	-
Outros	276	-	276

Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais

	31/12/2015	31/12/2015	
(Anterior)	Ajustes	(Reapresentado)	
Recebimento pela venda da Tavex Algodonera S.A.	6.226	(2.358)	3.868
Ajuste de avaliação patrimonial	453	(453)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	6.679	(2.811)	3.868
Dividendos e juros sobre capital próprio	(1.933)	(1.080)	(3.013)
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados	21	(21)	-

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

	31/12/2015	31/12/2015	
(Anterior)	Ajustes	(Reapresentado)	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	73	-	73

k) Novas normas e interpretações de normas emitidas recentemente:

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016: As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. **b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:** • Revisão IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa: requer divulgações adicionais para melhorar o entendimento e avaliação de mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento. • Revisão IAS 12 - Tributos sobre lucro - esclarece a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. Em dezembro de 2016, a CVM, através da Deliberação nº 761/16, aprovou a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 10, que equivale às alterações das IASs em questão. A Companhia está avaliando o possível impacto dessas alterações. **c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:** • CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. • CPC 47 (IFRS 15) - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) - estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. A Companhia está avaliando o possível impacto dessas alterações. **d) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:** • IFRS 16 - Leasing - estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. A alteração à IFRS mencionada anteriormente ainda não foi editada pelo CPC. A Companhia está avaliando o possível impacto dessa alteração.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	1	1
Bancos - conta-corrente	2	4
Fundos de investimentos	29.682	31.852
Outros	-	700
	29.685	32.557

Descrição	31/12/2015	Aplicações	Rendimentos/ (perdas)	Resgates	IRRF	Ajustes de reclassificação	31/12/2016
Teorema FIA	12.399	-	(3.955)	(15.701)	(212)	7.469	-
Teorema Investimentos no Exterior FIA	17.268	-	6.301	(14.096)	(946)	(8.527)	-
Terra Boa FIM CP	2.134	-	232	(2.137)	(8)	(221)	-
Fundo Itaú Empreendimentos DI VIP	51	830	13	(891)	(3)	-	-
Fundo Itaú Empresa Trust DI	-	28.600	1.862	(1.584)	(236)	-	28.642v
Fundo Itaú Empresa Premium DI	-	2.834	179	(1.943)	(30)	-	1.040
	31.852	32.264	4.632	(36.352)	(1.435)	(1.280)	29.682

← não são aceitos novos participantes para o Plano A. Em fins de 2004 foi concluída a migração dos participantes ativos daquele plano para o Plano B, com exceção dos participantes que já estavam gozando do benefício. A contribuição da patrocinadora para o custeio do Plano B equivale a 2 vezes a contribuição ordinária do participante, esta última limitada a 0,6839% do seu salário-base. Em 25 de maio de 2015 foi assinado o Instrumento Particular de Reconhecimento de Confissão de Dívida no valor de R\$ 2.232 posicionado em 31 de dezembro de 2014, gerando a reversão de R\$ 275 em relação ao saldo inicial do exercício de 2015. O valor do deficit seria pago em 100 parcelas no valor de R\$ 28, sendo cada contribuição acrescida da variação do INPC entre a data de 31 de dezembro de 2014 e a do efetivo recolhimento ao plano. Durante o exercício de 2015 a Companhia efetuou pagamentos no valor de R\$ 242. Em 29 de junho de 2016 foi assinado o 1º Termo Aditivo do Instrumento Particular de Reconhecimento de Confissão de Dívida no valor de R\$ 765, posicionado em 31 de março de 2016, o que resultou na reversão de R\$ 141 em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2015 corrigido monetariamente pelo INPC. O valor do deficit relativo à parcela de benefícios concedidos do plano seria pago em 88 parcelas no valor de R\$ 10, sendo cada contribuição acrescida da variação do INPC entre a data de 01 de abril de 2016 e a do efetivo recolhimento ao plano. Durante o exercício de 2016 a Companhia efetuou pagamentos no valor de R\$ 255 que, em conjunto com o cálculo atuarial atualizado para 31 de dezembro de 2016, ocasionou uma reversão adicional do deficit atuarial a pagar no valor de R\$ 47. Em 28 de dezembro de 2016 a PREVIC autorizou a retirada de patrocínio da Bahema S.A. A oficialização da retirada ocorrerá durante 2017, após o cumprimento dos requisitos legais e da quitação total do deficit atuarial. **Informações sobre a avaliação atuarial efetuada:** Ao final do exercício de 2016, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Valor justo dos ativos do plano	(5.610)	(4.994)
Valor presente das obrigações atuariais	6.073	5.900
Saldo no final do exercício	463	906

As movimentações do valor justo dos ativos do plano são demonstradas a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Valor dos ativos do plano no início do exercício	(4.994)	(4.753)
Rendimento esperado dos ativos do plano	(509)	(432)
Benefícios pagos	612	637
Ganhos atuariais	(719)	(446)

Valor justo dos ativos do plano no final do exercício

	31/12/2016	31/12/2015
	(5.610)	(4.994)

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego são demonstradas a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	5.900</	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são as seguintes:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de desconto nominal a.a. (*)	10,78%	10,78%
Taxa esperada de retorno dos Ativos do Plano a.a. (*)	10,78%	10,78%
Taxa esperada de retorno dos direitos de reembolso	10,78%	10,78%
Taxa esperada dos aumentos salariais	5,00%	5,00%
Taxa esperada dos aumentos dos beneficiários	5,00%	5,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima)	5,00%	5,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Básica (Masculina)	AT-2000 Básica (Masculina)
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválido	Ex-IAPC	Ex-IAPC
Taxa de rotatividade esperada	0% a.a.	0% a.a.
Entrada em aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos
Composição familiar antes da aposentadoria	Família Padrão (Experiência ATUAS)	Família Padrão (Experiência ATUAS)
Composição familiar após a aposentadoria	Família Padrão (Experiência ATUAS)	Família Padrão (Experiência ATUAS)

(*) Considerando que está em andamento o processo de retirada de patrocínio, a taxa real de juros utilizada para fins atuariais em 31 de dezembro de 2016 foi a mesma adotada na avaliação atuarial desenvolvida com a finalidade de cumprimento das obrigações perante a PREVIC. A estimativa da despesa para o exercício de 2017 está demonstrada a seguir:

Descrição	31/12/2017
Juros sobre a obrigação atuarial	623
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(573)
Total da despesa projetada para o exercício	50

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 463, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,5%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2016 está demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2016
Efeito com o aumento de 0,5% no custo dos juros	3
Efeito com o aumento de 0,5% no valor presente das obrigações	(243)
Efeito com o decréscimo de 0,5% no custo dos juros	(4)
Efeito com o decréscimo de 0,5% no valor presente das obrigações	261
Impacto na obrigação de benefício definido	17

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Honorários advocatícios (a)	330	-
Outras	41	49
	371	49

(a) A Companhia possui ação de rescisão contratual por perdas e danos movida pela Unique Foods & Investimentos Ltda., com valor de R\$ 10.444 em 31 de dezembro de 2016, classificada na condição de perda remota em decorrência da negativa de provimento ao recurso proferida em 30 de outubro de 2014. O caso está sendo julgado em última instância, e, como a estimativa de perda do processo é remota a Companhia reconheceu a provisão dos respectivos honorários advocatícios. **12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** **a) Capital social:** O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 26.395 em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de setembro de 2016, foi aprovado o grupamento das ações representativas do capital social da Companhia, de modo que as 6.038.183 ações ordinárias representativas do capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015, foram grupadas à razão 10 ações para 1 ação da mesma espécie, sem alteração do valor do capital social, no valor de R\$ 26.395, que passou a ser dividido em um total de 603.818 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas da Companhia na mesma proporção por eles detida imediatamente antes da aprovação do grupamento de ações pela Assembleia Geral e sem alteração dos direitos a elas inerentes. Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais ou o direito ao voto múltiplo nos casos e formas previstas em lei. **b) Reserva Legal:** Constituída anualmente na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da reserva legal é de R\$ 3.396 (R\$ 3.314 em 31 de dezembro de 2015). **c) Reserva estatutária para investimentos:** Constituída pela importância não superior a 71,25% do lucro líquido com a finalidade de reforçar o capital de giro da Companhia, financiar sua expansão e permitir a busca por novas oportunidades de negócio. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da reserva estatutária para investimento é de R\$ 3.400 (R\$ 1.446 em 31 de dezembro de 2015). **d) Dividendos:** As ações representativas do capital social têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	1.631	792
Constituição de reserva legal	(82)	-
Base de cálculo	1.549	-
Dividendo mínimo obrigatório	387	-
Dividendo distribuído sobre a reserva de lucros	-	1.933
Dividendo por ação - em reais R\$	0,64	0,32

e) Ajustes de avaliação patrimonial: Representavam a variação do valor justo dos investimentos que estavam classificados como disponíveis para venda. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou o resgate destas aplicações e os ganhos e perdas acumulados foram reclassificados para o resultado do exercício. **f) Lucro/(prejuízo) por ação:** A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas, por isso, não calculou o lucro (prejuízo) por ação diluído.

Guilherme Affonso Ferreira Filho - Diretor

Contador: Edson Manabu Kubagawa - CRTC 1SP 146.701/O-4 - CPF 085.910.178-97

Relatório dos Auditores Independentes

Plano de benefício a empregados: Nota Explicativa nº 10 - "Plano de benefício de aposentadoria". **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:** A Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar na modalidade de benefício definido. A apuração de suas obrigações atuariais é determinada de acordo com laudo atuarial emitido por atuários independentes contratados. Esse tema foi considerado como um PAA tendo em vista a magnitude dos montantes envolvidos, além do alto grau de julgamento associado ao processo de mensuração da obrigação atuarial da Companhia, que inclui a utilização de premissas altamente subjetivas e complexas que são afetadas pela expectativa futura de mercado ou condições econômicas, tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos do plano, índice de aumento salarial, rotatividade, índice de mortalidade, taxas de desconto e inflação. Variações nessas premissas podem ter um impacto material sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** • Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • envolvimento de nosso especialista da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas pelo especialista atuarial externo contratado pela Companhia no cálculo dos passivos atuariais dos planos de benefícios pós-emprego; • confrontamos essas premissas com dados de mercado comparáveis; • testamos os cálculos matemáticos do laudo atuarial emitido pelos atuários independentes contratados pela Companhia; e • avaliamos a adequação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do referido plano de benefício aos empregados visando averiguar seu atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil e nos normativos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes

Apresentamos a seguir o cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico:

	31/12/2016	31/12/2015
Numerador básico		
Resultado do exercício	1.631	792
Denominador		
Média ponderada de ações - básica	603.818	6.038.183
Lucro (Prejuízo) básico por ação em (R\$)	2,70	0,13

13. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Aluguéis e condomínios	(179)	(173)
Serviços prestados por terceiros	(909)	(555)
Impostos e taxas	(94)	(78)
Outras	(303)	(533)
	(1.485)	(1.339)

14. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Salários e ordenados	(445)	(474)
Férias	(142)	(50)
13º Salário	(37)	-
	(624)	(524)

15. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Reversão de déficit atuarial - vide nota explicativa nº 10	443	1.602
Perdas de capital (a)	-	(2.358)
Baixa de provisão de valor não recuperável (<i>impairment</i>) (a)	-	2.058
Provisão para honorários advocatícios - vide nota explicativa nº 9	(330)	-
Outras	189	258
	302	1.560

(a) A Companhia mantinha investimentos na Tavex Algodonera S.A. no valor de R\$ 6.226 com provisão para valor não recuperável constituída de R\$ 2.058. A liquidação financeira ocorreu em janeiro de 2015 no valor de R\$ 3.868, gerando uma perda de capital de R\$ 2.358.

16. RESULTADO FINANCEIRO:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras e fundos de investimentos	9.628	2.382
Juros ativos	352	595
Outras	10	-
	9.990	2.977
Despesas financeiras		
Perdas em fundos de investimentos	(4.996)	-
Juros passivos	(149)	(274)
Outras	(5)	(25)
	(5.150)	(299)
	4.840	2.678

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	1.821	1.400
Adições		
Provisões não dedutíveis	330	-
Despesas não dedutíveis	2	16
Outras adições	17	1.088
Soma das adições	349	1.104
Exclusões		
Reversões de provisões não dedutíveis	(1.055)	(4.699)
Outras exclusões	(221)	(221)
Soma das exclusões	(1.276)	(4.920)
Lucro (prejuízo) tributável antes das compensações	894	(2.416)

(-) Compensação de prejuízo fiscal de anos anteriores

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (prejuízo) tributável	626	(2.416)
Imposto de renda - 15%	(94)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(39)	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - 9%	(56)	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(189)	-

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. Os instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia estão representados por caixa e equivalentes de caixa, investimentos e fornecedores. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Todas as operações com instrumentos financeiros são reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, a qual está sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros. A Companhia entende que está exposta à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações em fundos de investimentos conforme apresentado a seguir:

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.685	32.557

Análise de sensibilidade: Premissas: A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário-base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir: • **Cenário-base:** baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados em 31 de dezembro e no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsos de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico; • **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário-base; • **Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário-base. A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Diminuição da taxa do CDI			
Caixa e equivalentes de caixa	13,63%	10,22%	6,82%
Fator de risco			
	Risco Instrumento	-base adverso	remoto

Taxa de Diminuição da equivalente taxa do CDI de caixa

	Caixa e	33.731	32.719	31.710
Juros - CDI				
Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. O abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. O valor contábil dos passivos financeiros representada a exposição de liquidez. A exposição do risco de liquidez na data das demonstrações contábeis é conforme segue:				
Exposição a riscos de liquidez:	Nota	31/12/2016	31/12/2015	
Fornecedores		35	24	
Outras contas a pagar	11	371	49	
		406	73	

Gerenciamento do capital: Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter adequada estrutura de capital. **Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 representam o custo amortizado, sendo que os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado.

19. PARTES RELACIONADAS: Remuneração do pessoal-chave da Administração: Os membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração no montante e na forma fixados pela Assembleia Geral. Os suplentes de membros do Conselho de Administração são remunerados mediante importância fixa, por reunião a que comparecerem, salvo quando assumam o cargo de conselheiro, em caso de vaga do titular. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral que os eleger. Os Diretores recebem uma remuneração no montante e na forma fixados pela Assembleia Geral. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram pagos aos administradores da Companhia benefícios de curto prazo de R\$ 454 e R\$ 452. Não foi pago nenhum valor a título de: (i) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (ii) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios por invalidez de longo prazo); e (iii) remuneração com base em ações. **Outras transações com partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía cotas dos fundos de investimentos Teorema FIA e Teorema Inv. Exterior FIA no valor de R\$ 12.399 e R\$ 17.268, respectivamente (Vide Nota Explicativa nº 4). A gestora destes fundos é a Teorema Gestão de Ativos Ltda. Alguns acionista da companhia são também sócios da Teorema Gestão de Ativos Ltda. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia já não possuía cotas do fundo de investimento Teorema, que foram totalmente resgatadas durante o exercício. **20. SEGUROS:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas foram julgadas suficientes e adequadas pela Administração da Companhia. **21. EVENTOS SUBSEQUENTES:** No dia 14 de fevereiro de 2017 o Conselho de Administração se reuniu e autorizou os diretores da Companhia a assinarem contratos tendo por objeto o investimento em 5% do capital social das sociedades mantenedoras da Escola Parque, no Rio de Janeiro e 80% do capital social das sociedades mantenedoras da Escola da Vila, em São Paulo. Para esse fim, duas novas holdings subsidiárias integrais da Companhia, Bahema Educação SP S.A. e Bahema Educação RJ S.A., já foram incorporadas e capitalizadas. Com a autorização recebida, os diretores assinaram naquela data o investimento na Escola da Vila. Nos termos dos contratos, o valor total do investimento será de R\$ 42.234 divididos na seguinte forma: i. Em relação à escola Parque, investimento no valor de R\$ 7.750, sendo que desse valor R\$ 6.431 será pago em dinheiro e o restante será pago em ações de emissão da Companhia emitidas pelo seu valor patrimonial no prazo máximo de 12 meses. O contrato também oferece uma opção de compra para a Companhia dos 95% restantes após 3 anos. ii. Em relação à Escola da Vila, investimento no valor de R\$ 34.484, a ser realizado da seguinte forma: (a) R\$ 6.000 como *earn-out* condicionado a um número de alunos matriculados e a um valor médio de mensalidade em 12 e 24 meses; (b) R\$ 4.087 trimestralmente a partir da assinatura como um bônus para as vendedoras crase certas metas de transição sejam cumpridas; e (c) R\$ 24.397 em tranches, R\$ 10.397 à vista, R\$ 7.000 em 12 meses acrescidos do CDI do período e R\$ 7.000 após 24 meses acrescidos do CDI do período. O contrato também prevê uma opção de compra exercível pela Companhia dos 20% remanescentes após 3 anos, e uma opção de venda dos mesmos 20% exercível pelas vendedoras. Para cumprir o programa de investimento idealizado pela diretoria, fortalecer a estrutura de capital da Companhia e possibilitar a continuidade da prospecção de novas oportunidades, o Conselho de Administração também aprovou que a diretoria realize estudos e tome providências para aumentar o capital social da Companhia em até R\$ 35.000 nos próximos 12 meses por meio de emissão de novas ações ou outros valores mobiliários. Tal aumento de capital deverá ser submetido à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária.

continua →

Relatório dos Auditores Independentes

qualquer forma de asseguaração sobre as demonstrações contábeis de 2015 tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2017



Grant Thornton

Grant Thornton

Auditores Independentes

CRC SP-025.583/O-1

Régis Eduardo Baptista dos Santos

CT CRC 1SP-255.954/O-0